



EM DEFESA DE UMA LITERATURA PATRIÓTICA: O NACIONALISMO LITERÁRIO DISCUTIDO PELOS LITERATOS DA REVISTA GUANABARA (1849-1856)

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3808

Almir Bauler, UFGD

Resumo

Os literatos de meados do século XIX, contemporâneos e filiados ao movimento romântico brasileiro, defendem uma literatura patriótica que enalteça as “coisas” nacionais, suas glórias e uma identidade linguística específica ao Brasil, tornando-a política, pragmática e utilitária ao desenvolvimento da nação em construção e em debate. Enquanto espaço de discussão científica e literária, a Revista Guanabara tornou-se um dos veículos privilegiados em que seus letrados agremiados deram relevo a esta discussão, sem, no entanto, apresentar uma harmonia de ideias. Embora apresentem objetivos comuns, as vozes dissonantes que aí se apresentaram realizaram diferentes leituras quanto ao desenvolvimento da literatura nacional e sua contribuição à história social do Brasil de meados do século XIX. Nas páginas a seguir, pretende-se discutir algumas destas vozes, suas variações e a defesa do cenário social e político de então em linguagem literária. Por fim, ao se fazer uso dessas dissonâncias, pretende-se dar relevo ao status que seus interlocutores atribuíram às belas artes, como a arte dramática e principalmente, à literatura romântica que, além da afirmação nacional e patriótica procurava marcar suas diferenças em relação à ex-metrópole portuguesa.

Palavras Chave:

Revista Guanabara;
Romantismo literário;
Nacionalismo.

“Canta, menino, canta, e improvisa sempre, dizia um célebre músico a um dos seus discípulos, porque no momento em que achares uma ideia nova, uma frase não ouvida, já fizeste um passo, e já fizeste subir a arte a mais um ponto de perfeição”. Assim dizemos nós a todos os moços: - Cantemos a nossa bela pátria, que, *no momento em que* formos brasileiros, teremos as bases de uma nova literatura, e com ela todos os prodígios e primores das belas artes. (PORTO-ALEGRE, 1852, p.45).

No excerto acima, o autor de *Os Hinos da Minha Alma*, nos revela uma nação brasileira ainda em construção e à procura de sua identidade através de uma literatura a qual qualifica de “patriótica”. Afinal, para Porto-Alegre, além de ser um predicado que eleva e faz o poeta “dar passos agigantados”, o patriotismo contribuiu a “toda a glória de Camões, e toda a superioridade de Santa Rita Durão” (1852, p.41). Ainda segundo o literato, o mais novo dos continentes, a América, já teria contribuído ao “progresso humanitário” e “pago uma grande parte da dívida civilizadora”, pois fora o local em que Bernardin de Saint-Pierre e Chateaubriand “acharam (...) a chave da nova literatura de que se tornaram chefes, e antes deles já o nosso Durão havia criado o - *Caramuru*-, e Basílio da Gama – Os amores de Lindoia e de Cacambo-” em *O Uruguai*. (PORTO-ALEGRE, 1852, pp.45-46).

Embora considere a literatura brasileira ainda dependente de modelos literários europeus, Araújo Porto-Alegre defende a tradução do cenário social e político do Brasil do século XIX em linguagem literária, tornando-a utilitária e pragmática ao país. Sem deixar de ser otimista com os rumos que tomava o movimento romântico brasileiro, o qual acredita ser dono de uma nova “partitura métrica”, afirma que há nele “alguma coisa do instinto brasileiro, (...) um sinal evidente de independência, mas há também muita escravidão”, pois não

teríamos ainda “braços para abarcar um tronco milenário (...)” (1852, p.41). Como afirma Candido (2009, pp.1-17), “feita a independência política, difundiu-se entre os escritores a ideia de que a literatura era uma forma de afirmação nacional e de construção da Pátria” e o romantismo, a partir de 1840, tornou-se “um instrumento apto para efetuar verdadeira sondagem social” em um país que desejava se diferenciar e marcar suas diferenças em relação à ex-metrópole, como sua natureza, seus costumes e principalmente, “suas raças primitivas que teriam contribuído para criá-la”.

Para o autor de *Os Hinos da Minha Alma*, o governo de D. Pedro I, “destinado a criar uma nova época”, nada trouxe de novo e de notável à literatura brasileira além dos versos oficiais, “que eram benignamente acolhidos” pelo imperador. A “segunda época do império”, ou período da “minoridade”, como Porto-Alegre chama o período lembrado pelos fortes conflitos provinciais, afirma ter sido salvo por um “milagre da providência” com o surgimento dos *Suspiros Poéticos* (1836) de Gonçalves de Magalhães, o qual define como “o fundador da nova escola” romântica no Brasil. Após lembrar o surgimento de “aparições brilhantes” na década de 1840, como Joaquim Norberto de Sousa e sua *Balata* e Antônio Gonçalves Teixeira e Souza e seu poema *Três Dias de um Noivado*, e de se render “aos grandiosos painéis do maravilhoso Snr. Gonçalves Dias”, afirma que “a época atual parece ser a do nascimento da nossa literatura, porque é uma época em que se labora em vários poemas”, entre eles, *A confederação dos Tamoios*, de Gonçalves de Magalhães; *Os Timbiras*, de Gonçalves Dias e por último, de sua própria autoria, *Colombo*. (PORTO-ALEGRE, 1852, pp.42-43).

Ao defender uma literatura patriótica que cante as coisas nacionais e suas “glórias”, Porto-Alegre não segrega o desenvolvimento da literatura nacional e a história social do Brasil, tornando-a

política, pragmática e necessária para o desenvolvimento patriótico da nação que encontrava-se em construção, afinal, como afirma:

Os antigos já diziam que a arte que não instrui, corrompe; e é um grande erro o acreditar-se que a poesia, que nasceu no santuário e no meio das dores, seja uma arte de mero recreio, ou uma espécie de confeitos dourados, (...). A arte tem um ponto de apoio no céu, e outro na glória nacional. (PORTO-ALEGRE, 1852, p.44).

Além de defender a poesia como uma arte de expressão nacional, atribuindo-lhe um caráter utilitário e ético, Porto-Alegre estava alinhado ao momento político pós-independência que, além de vislumbrar uma liberdade poética e literária nacional, educasse seus cidadãos ao patriotismo. Suas considerações nos incitam aos seguintes questionamentos: quais os pontos de encontro e desencontro marcaram as discussões fomentadas pela procura de uma literatura nacionalista/patriótica entre os colaboradores da Revista Guanabara e ainda, qual o status que estes letrados atribuíram às belas artes, à arte dramática e à literatura? Como veremos, passado o conturbado momento político da Independência e assegurada a unidade nacional, os literatos brasileiros, no nosso caso em específico os agremiados à Revista Guanabara, discutiam entre outras coisas, a necessidade e a independência de uma literatura que pudesse ser chamada de “nossa”.

Encontros e desencontros de ideias

Além de atribuírem à literatura romântica um status de baluarte do projeto imperial de construção do Estado brasileiro, os literatos e redatores da Revista Guanabara também atribuíram aos demais elementos artísticos, como as artes dramáticas, plásticas e a música, um papel de elemento civilizador à nação, sem deixar de criticar o desinteresse dos

governantes ou dos “operários da nossa organização social” a estes elementos, principalmente aos últimos.

(...) aqueles que tem por dever cuidar no desenvolvimento de todos os elementos civilizadores, estão atados ao jugo de uma ambição sem glória nacional(...). (...) quando se lhes fala em artes, respondem, que, já temos uma academia de Belas Artes, um conservatório dramático, outro de música, e duas casas para representações; respondem mais que se dá dinheiro a esses estabelecimentos, e que eles poucos fazem, sem se lembrarem que todos esses fetos precisam de uma placenta que deve estar na madre comum, que é a pátria, representada por aqueles que nos governam. (Conselho Editorial, 1851, p.97).

Assim como Porto-Alegre matizou a necessidade utilitarista à literatura brasileira, também o fez o Conselho Editorial da Revista Guanabara em *O Nosso Teatro Dramático* (1851, p.98), estendendo essa necessidade às demais artes, como a plástica, a dramática e a música. Para estes, todos os povos, antes de se coroarem, elevaram estátuas aos seus gênios e heróis e “protegeram as artes úteis e instrutivas com igualdade, para que elas se elevassem conjuntamente, e conjuntamente espalhassem o seu benigno insuflor” (...).

No ano seguinte (1852, p.154), o mesmo Conselho Editorial reitera essa perspectiva em *As artes e o público*, no qual não dissociam a atividade estética, artística e literária de outros elementos civilizadores considerados mais utilitários ou pragmáticos: “aqueles que consideram todos os fatos nacionais como letras do grande alfabeto civilizador, estão do nosso lado; porque eles sabem traduzir um Irineu e um Magalhães como dois versos dessa época progressiva, que narra a vida gloriosa das nações”. No entanto, demonstram pessimismo com os incentivos às atividades estéticas e

literárias ao indagarem: “Quereis poetas? E o que tendes para dar ao poeta que embeleza o que vê, e imortaliza o que canta? (...). Quereis uma literatura? O que tendes feito para animá-la, e o que preparais para os literatos? ” Assertivamente, respondem não vislumbrar um futuro promissor.

Futuro diametralmente oposto ao vislumbrado pelo poeta Dr. Castro Lopes em seu artigo *O Mundo e o Progresso* (1854, p.321). O poeta se mostra otimista com o caminho civilizatório que trilhava o Brasil do século XIX e argumenta que o país tem o “direito a um posto elevado entre as nações civilizadas”, pois, ao contrário da tendência de seu século de privilegiar as ideias utilitárias e progressistas em detrimento das ideias do espírito, o Brasil estava sendo governado por um imperador que compreendia e equilibrava o progresso material com o espiritual e harmonizava com “animadora direção” as “instituições científicas e literárias do país”.

No entanto, para Lopes (1854, p.314), as especificidades e glórias nacionais do Brasil independente foram herdadas do processo colonial português a que estivera submetido o país por séculos. Em seu artigo o poeta destaca que a América fora “descoberta” a partir dos triunfos materiais historicamente conquistados pelo velho continente. Afirma ainda que “o novo continente engrossou também as fileiras dos cruzados; e a guerra do progresso, a luta contra as trevas do espírito humano, que até o décimo quinto século jamais tivera tréguas”. Logo, para Lopes, as novas descobertas marítimas de fins do século XV representaram para as terras americanas e à sua população nativa, o ingresso da luz, da razão e da ilustração dos conquistadores ao território e aos povos americanos conquistados, justificada em nome de um “estandarte glorioso com a lenda – Cristianismo e Civilização”.

O adiantamento das nações, a

ilustração dos povos são a soma dos numerosos triunfos alcançados sobre a barbárie e a ignorância. (...).

O velho continente, testemunha da antiga civilização, assiste ao espetáculo da queda de assombrosos potentados; vê erguer-se nas vastas solidões de infecundos desertos mais de um império florescente (...): ora uma, ora outra de suas nações figura por seu turno como vencedora nesta arena sem limites, até que um gênio portentoso compreendendo que a obra divina estaria imperfeita a não existir um complemento para o mundo então conhecido, arrostando a zombaria de insensatos, correndo os perigos de inóspitos mares, cheio de fé e de ciência descobre a América! (LOPES, 1854, p.314).

Como vemos, além de compreender a “descoberta” do novo mundo enquanto um “complemento” ao mundo conhecido e como resultado das conquistas materiais e científicas da Europa, o poeta defende ainda a bandeira do progresso na qual a Europa marcharia na vanguarda, sempre em nome de uma “lei invariável” que regeria todos os contingentes humanos, servindo de exemplo e ânimo ao novo continente.

Enquanto o poeta Castro Lopes defendia a criação literária brasileira com os olhos voltados para a Europa, outros intelectuais defendiam a sua completa independência em relação ao velho mundo e assumem o nacionalismo literário como dever patriótico de seus letrados. Podemos encontrar tal posicionamento no poeta e intelectual Joaquim Norberto de Souza Silva, entusiasta defensor da língua e da literatura nacional que, no ano de 1855, propunha em artigo publicado na *Revista Guanabara* que a língua falada no Brasil fosse chamada de língua brasileira, língua que dá nome ao seu artigo: “ora, o que se se tem dado com a literatura é o que ainda se não deu com a língua, porque ninguém

se lembrou que não é ela perfeitamente a língua portuguesa, e que estando no mesmo caso que a nossa literatura, erro é chamá-la ainda portuguesa”. Aos que afirmam que o Brasil não tem sua própria literatura porque não tem sua própria língua, assim se pronuncia o poeta:

Ficou porém provado a toda luz que a literatura de povo é a voz de sua inteligência, e que da influência do nosso clima, da configuração do nosso terreno, da fisionomia de nossos vegetais, do aspecto da natureza do nosso país, ou risonha ou selvagem, e de nossos usos e costumes, tudo tão dissemelhante de Portugal, devia resultar uma tal ou qual modificação nessa literatura, embora portuguesa mas produzida pelos brasileiros: e consentisse então que essa modificação se chamasse sem improbidade alguma *literatura brasileira* (SILVA, 1855, p.99).

Joaquim Norberto não somente assume e defende os valores do nacionalismo literário que cante as glórias e belezas nacionais, mas também defende uma identidade linguística específica ao Brasil, criada nos trópicos do sul da América, logo, nacional e nossa: “para mim tenho que, quando disser língua portuguesa, entenderão por tal o idioma de que se usa na velha metrópole, e quando disser língua brasileira, tomarão por tal a que falamos, (...) mas com muitas mudanças”. Coadunado com os valores defendidos por seu contemporâneo e amigo Gonçalves de Magalhães, fundador da *Revista Niterói* (1836), “Tudo pelo Brasil e para o Brasil”, Joaquim Norberto lembra a fala de seu também contemporâneo, o Sr. José Silvestre Ribeiro que diz que quando a língua portuguesa fora “transportada ao Brasil, modificou tanto a sua índole por efeito da poderosa influência do clima (...) da mistura das raças” que não se pode desconsiderar a introdução “de um grande número de vocábulos e costumes dos indígenas ou mesmo dos colonos no ultramar, que

sucessivamente foram passados ao Brasil” e acrescenta o poeta: “claro é que temos uma língua e uma língua brasileira, (...). A língua portuguesa tem taful e paul, e a língua brasileira não tem Paraguaçu e tatu?”. (SILVA, 1855, pp.99-102).

Semelhantes proposições apresenta o escritor, diplomata e político espanhol Juan Valera (1824-1905) que residiu oficialmente na capital brasileira durante os anos de 1851 a 1853. Enquanto correspondente da *Revista Guanabara*, no ano de 1855 publicou artigo intitulado *Da poesia brasileira*, em que traça um brilhante histórico sobre os acréscimos linguísticos à língua portuguesa em solo brasileiro, as influências estilísticas europeias sobre a poesia nacional e o surgimento de uma maior liberdade poética criada em solo americano. Sobre o primeiro item, afirma:

(...) os brasileiros não tem deixado de enriquecer a língua, a que chamam de nacional para não denominá-la de portuguesa, e que já era riquíssima com grande número de palavras novas, tomadas nos dialetos americanos, e ainda atrevo-me a afirmar que lhe tem adicionado também palavras da língua africana (VALERA, 1855, p.198).

Referindo-se à meados do século XIX, momento em que a literatura romântica procurava definir-se enquanto nacional e independente, Valera afirma admirar-se com a fecundidade e o engenho dos brasileiros na poesia daquele momento, não obstante admirar-se com a permanência do uso da retórica ao estilo clássico português na corte brasileira. Ao traçar um histórico da poesia nacional, o espanhol identifica três momentos que marcam e caracterizam a poesia nacional. Afirma que, em um primeiro momento, os portugueses que vem para o Brasil e os filhos aqui nascidos “jamais quiseram se desprender das reminiscências da mãe-pátria, deixavam de cantar a formosura da natureza americana”; antes, mostravam-se indiferentes a ela e preferiam se transportar para as margens do Tejo do

que o Amazonas, não sendo a poesia brasileira “mais do que um pálido reflexo da portuguesa” (VALERA, 1855, p.199).

Em um segundo momento, Valera afirma que a poesia brasileira fora contaminada pela influência da literatura francesa, que, na primeira metade do século XIX predominava entre os literatos brasileiros, embora confesse que “ainda que destruisse a originalidade (...), restabelecia o bom gosto que estava perdido”. Por último, o espanhol historiciza a origem da moderna poesia brasileira de meados do século XIX, aquela que segundo Valera “tomou um caráter próprio” e a “esperança de outros, melhores e mais ricos” poemas. Sobre este gênero literário, assim se pronuncia o espanhol:

Os brasileiros têm um inesgotável manancial de poesia na virgem natureza que os rodeia, e onde encontram mil belos e magníficos objetos nunca até agora descritos, mil novas imagens para revestir os seus pensamentos, mil novas impressões não sentidas pelos poetas da Europa. Não tem uma história da conquista tão romanesca, como a do Peru e do México (...). No Brasil não há memória de que jamais existisse civilização indígena, como a dos Incas ou dos Astecas(...), porém não faltam tradições brasílicas nem lendas de que se possa apoderar a poesia, e de que já se vão servindo os poetas americanos. (VALERA, 1855. pp.200-201).

Para Valera, a originalidade da poesia indianista e romântica brasileira de meados do século XIX teve sua origem no século XVIII, iniciada pelos poemas épicos *Uraguai* (1769), de Basílio da Gama e *Caramuru* (1781), do Frei Santa Rita Durão, os quais Valera define como os verdadeiros construtores da poesia nacional, pois, “separando-se mais do que os líricos da imitação dos da Europa, abriram novas veredas aos engenhos americanos e deram origem à moderna

poesia brasileira” pós independência. (1855, p.200). Lembremos que esta genealogia da poesia indianista brasileira, fora constatada por um poeta contemporâneo ao movimento romântico brasileiro e sua constatação continua sendo reafirmada por pesquisadores atuais, com o acréscimo do poema épico brasileiro *Muburaida* ou o *Triunfo da fé*, escrito na Amazônia no ano de 1785 por Henrique João Wilckens.

Para Amoroso e Sàez (2004, pp.237-239), os três épicos do século XVIII colocam “o indianismo como tema inaugural das letras nacionais” sendo que, “o índio produzido pelo imaginário colonial setecentista (...), retorna ao século XIX, recuperado pelo Romantismo, como representante da raça nativa que formou a nação brasileira (...)”. Já para Treece (2008, p.67) e sua leitura mais política sobre o movimento indianista, os três épicos setecentistas teriam registrado as ambivalência ideológicas entre a Igreja, o Estado e as populações indígenas e, por sugerir “um crescente interesse” pelos índios, por sua cultura e seu papel “trágico e formador na história da Colônia”, alguns observadores teriam concluído “que esses épicos equivaleriam a um movimento indianista menor, antecipando em forma embrionária e criptonacionalista o movimento romântico do século seguinte, logo após a independência”.

Sem dúvida, é Antonio Candido quem melhor nos explica a abundância de referências a Durão e a Basílio da Gama como os verdadeiros construtores da poesia nacional e como poetas fundadores da tendência indianista; referências que se iniciam com os contemporâneos do movimento romântico no século XIX. O autor considera curioso o fato de *Caramuru*, de Santa Rita Durão, ter “sido pouco apreciado no seu tempo, indo ter, quase meio século depois de publicado, um papel eminente na definição do caráter nacional da nossa literatura” (2006, p.177).

Para Candido, isto se explica ao se lembrar que a procura por uma

literatura brasileira, diversa da portuguesa, adquire consciência da sua realidade depois da Independência, e que “isto ocorreu, a princípio, mais de um desejo, ou mesmo de um ato consciente da vontade”, do que de um movimento autônomo. Assim, além da necessidade de mostrarmos que já tínhamos uma literatura na qual se cantasse as características nacionais, tínhamos também que “provar que o meio já a vinha destilando antes”. Assim, além do Indianismo surgir como tom de brasilidade, seus integrantes partem, “desde logo, para a sua busca retrospectiva, procurando sondar o passado para nele localizar os verdadeiros predecessores”, que já a tempos haviam rompido com a “carapaça da convenção portuguesa (clássica)”. A esta ânsia de ter raízes, Candido chama de tendência genealógica, no qual o *Caramuru*, principalmente, saiu do ostracismo e desempenhou grande papel, “graças às suas características, que permitiram submetê-lo a um duplo aproveitamento, estético e ideológico, no sentido das tendências nacionalistas e românticas (2006, pp.175-177).

Conforme Lopes (1978, p.171), “na tumultuada vida de nossas revistas literárias dos primeiros cinquenta anos do século XIX, revela-se a persistente vontade de estabelecer próximo contato com os poetas do século XVIII”, como Basílio da Gama e Santa Rita Durão e, diante da disposição nacionalista e patriótica de então, somada aos acontecimentos políticos, encontrou-se nesses poetas “a têmpera que daria unidade à literatura pátria”. Por último, sabiamente salienta o autor: “(...) o colorido romântico transparente em suas obras contribuiu para neles se ver os representantes maiores de nossa literatura autenticamente brasileira e neles se fixarem nossos foros de emancipação literária de Portugal”.

Considerações finais

Como vimos nas páginas apresentadas, o não silêncio das letras marcou o pós-independência do Brasil. Assegurada a independência política e a unidade do país em meados do século XIX, os literatos nacionais proclamam e defendem uma liberdade poética e literária que eduque os cidadãos brasileiros ao patriotismo e para isto, não economizaram tinta na defesa de uma arte literária, dramática e plástica que “cante” e dê cores às “coisas” autenticamente nacionais. Os diferentes literatos e, conseqüentemente, os diferentes olhares, tinham a sensibilidade voltada para contemplar a nossa paisagem. No entanto, como vimos, uns mais e outros menos, tinham os olhos voltados para o interior do Brasil e suas “glórias”.

Olhar partidário, porque brasileiros, que não exclui o dissenso. No entanto, longe de obscurecer a riqueza dos debates, o poder das ideias e das opiniões divergentes, fato demasiado evidente na imprensa política, se mostrava tão livre quanto o desejado: a liberdade poética na nação que encontrava-se em debate e em construção.

Referências

AMOROSO, Marta Rosa; SÀEZ, Oscar Calavia. Filhos do Norte: O indianismo em Gonçalves Dias e Capistrano de Abreu. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete (Org.): **A temática indígena na escola**: novos subsídios para professores de 1. e 2. graus. 4. ed. São Paulo: Global, 2004.

CANDIDO, Antonio. **Literatura de dois gumes**. Disponível em: <<https://texsituras.files.wordpress.com/2011/08/3-literaturadedoisgumesantonioicandido.pdf>>. Literatura brasileira, Unicamp, São Paulo, Acesso em: 04/07/2017.

_____. **Literatura e sociedade**. 9. ed. São Paulo: Ouro Sobre Azul, 2006.

Conselho Editorial. O nosso teatro dramático. **Revista Guanabara**, Rio de Janeiro, Tomo I, 1851.

_____. Teatro Provisório. As artes e o público. **Revista Guanabara**. Rio de Janeiro,

Tomo I, 1852.

LOPES, Castro. O mundo e o progresso. **Revista Guanabara**. Rio de Janeiro, Tomo II, 1854.

LOPES, Hélio. **A divisão das Águas:** contribuição ao estudo das revistas românticas. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza. A língua brasileira. **Revista Guanabara**. Rio de Janeiro, tomo III, 1855.

PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. Os Hinos da minha alma. **Revista Guanabara**. Rio de Janeiro, Tomo I, 1852.

TREECE, David. **Exilados, aliados, rebeldes:** o movimento indianista, a política indigenista e o Estado-nação imperial. São Paulo: Nankin: Edusp, 2008.

VALERA, Juan. *Da Poesia Brasileira*. **Revista Guanabara**. Rio de Janeiro, Tomo III, 1855.